

O PODER DOS DISCURSOS NAS INTERAÇÕES HUMANAS

Álvaro José Maria Filho

Mestrando em Teologia e Professor de Línguas (IFES)

Introdução

O homem é um ser social cuja existência depende, dentre vários fatores, de sua interação com os membros do grupo no qual está inserido. Essa relação interpessoal tem a ver com os objetivos de cada indivíduo e exerce um papel muito importante na organização de uma sociedade. Para que isso ocorra, o ser humano se utiliza de sua capacidade linguística para construir uma das principais ferramentas comunicativas existentes: o discurso, o qual, nas palavras de Marchiori (2010), é o “recurso que permite constituir a própria comunicação como um processo social de significação e construção de sentido.”¹.

Para Eni Orlandi (1999), o discurso pode ser definido como “o lugar em que se pode observar a relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para os sujeitos” (ORLANDI, 1999, p. 16-17). Portanto, ao analisarmos um discurso, além dos aspectos gramaticais, sintéticos, lexicais e da intenção do enunciador, devemos considerar a ideologia que atua na sua formação.

Entende-se por ideologia um conjunto de representações que, segundo Fiorin “servem para justificar e explicar a ordem social, as condições de vida do homem e as relações que ele mantém com os outros homens. É, assim, na visão marxista uma ‘falsa consciência.’” (FIORIN, 2008, p. 28).

Em uma formação social há diversas classes e cada uma tem a sua forma peculiar de ver e explicar a ordem social na qual está inserida. Isto equivale a dizer que em um determinado grupo social há várias ideologias e que cada uma dessas ideologias tem

¹ MARCHIORI, Marlene et al. *Comunicação e Discurso: Construtos que se relacionam e se distinguem*. 2010. Disponível em: < http://www.abrapcorp.org.br/anais2010/GT2/GT2_Marchiori_et al.pdf>. Acesso em: 20/09/2014.

a sua própria formação discursiva. Os sujeitos em cada classe identificam-se com uma determinada posição e se comprometem com as formações discursivas dessa classe e, simultaneamente, se colocam em oposição àquelas dos sujeitos pertencentes a outras formações discursivas (ideológicas) naquela sociedade (INDURSKY, 1998).

Dessa forma, o aspecto social é um elemento importante a se considerar na produção discursiva, uma vez que ele é parte de suas condições de produção e, nas palavras de Mussalim e Bentes (2003), o que garante a especificidade da análise do discurso:

é a relação que os analistas do discurso procuram estabelecer entre um discurso e suas condições de produção, ou seja, entre um discurso e as condições sociais e históricas que permitiram que ele fosse produzido e gerasse determinados efeitos de sentido e não outros. (MUSSALIN e BENTES, 2003, p. 124).

Para que o discurso atinja as suas expectativas, ele deve ser articulado conforme os propósitos do enunciador. Percebe-se isto ao analisarmos as diferentes modalidades discursivas existentes. Neste sentido, Eni Orlandi afirma que:

existem, fundamentalmente, três tipos de discursos: o lúdico, o polêmico e o autoritário. O critério para a distinção está na relação entre os interlocutores e o referente, isto é, nas suas condições de produção. (ORLANDI, 2011, p. 29).

É importante ressaltar que não existem discursos autônomos, ou seja, puramente lúdicos, polêmicos ou autoritários, uma vez que Citelli, referenciando-se à Eni Orlandi, afirma que:

apresenta três grandes modos organizacionais do discurso: o polêmico, o lúdico e o autoritário. Antes de passar à verificação de cada tipo, convém lembrar que não estamos diante de categorias autônomas, mas de dominância. Ou seja, não são formas puras e sim híbridas, existindo, porém, sempre, a preponderância de uma sobre a outra. Assim sendo, o polêmico pode conter o lúdico, ou o autoritário o polêmico etc. Ocorre que uma das formas estará sempre em situação de dominância, sendo mais visível, portanto, caracterizadora. (CITELLI, 2002. p. 39).

É com base nos conhecimentos acima expostos que este trabalho procurará demonstrar os elementos que dão a cada discurso o seu poder para que ele alcance o seu fim.

O discurso lúdico

De todos os discursos, o discurso lúdico, foco desta seção, é o que possui o menor grau de persuasão, pois de acordo com Adilson Citelli (2002), ele é

um tipo discursivo marcado pelo jogo de interlocuções. Vale dizer, o movimento dialógico eu-tu-eu se dinamiza e passa a conviver com signos mais abertos: há menos verdade de um, logo, menos desejo de convencer. Nesse caso, o signo ganha uma dimensão múltipla, plural, de forte polissemia: os sentidos se estilhaçam, expondo as riquezas de novos sentidos. Os signos se abrem e revelam a poesia da descoberta; a aventura dos significados passa a ter o sabor do encontro de outros significados. O discurso lúdico compreenderia boa parte da produção artística, por exemplo, a música, a literatura. (CITELLI, 2002, p. 20).

Assim, neste discurso, a interpretação não é estanque, uma vez que ele rompe com os parâmetros interpretativos de se pensar. Este é o discurso usado muitas vezes como forma de entretenimento, em que a linguagem é usada pelo prazer e onde ocorre em abundância a polissemia.

É comum nesse tipo discursivo a ocorrência de figuras de linguagem ou translações que, por terem uma propriedade de abertura a diferentes interpretações do léxico, têm a função de redefinir um determinado campo de informação, quebrando a significação própria da palavra, para criar novos efeitos com o intuito de atrair a atenção do interlocutor (CITELLI, 2002).

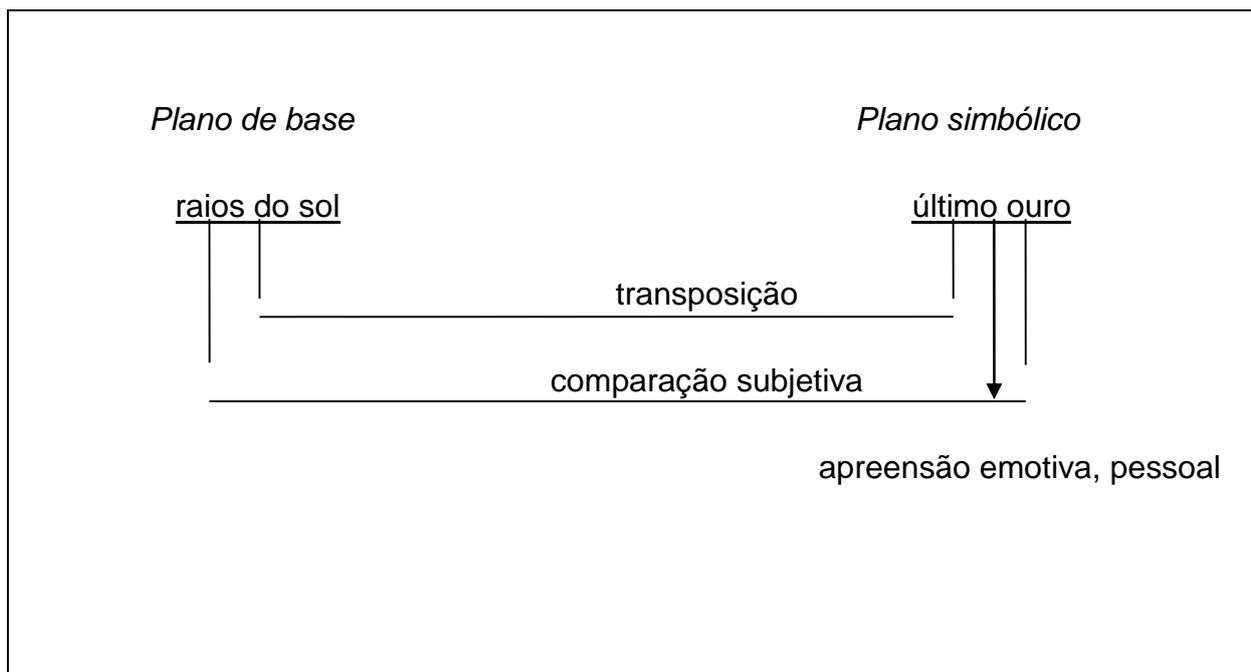
Com esse propósito, as translações ou figuras de linguagem mais usadas na maioria dos textos são: a metáfora e metonímia.

Em relação à metáfora, figura de linguagem que é utilizada para denominar representações para as quais não se encontra um designativo mais adequado, Citelli (2002) cita dois processos: a transferência ou transposição e a associação.

Citelli (2002) explica que a transferência ou transposição é uma operação que se caracteriza pela passagem do plano de base, o que corresponde ao significado próprio da palavra, para o plano simbólico, figurativo ou conotativo.

A associação é um processo que se dá no momento da transposição, quando o interlocutor faz uma associação subjetiva da significação própria da palavra com o seu sentido figurativo. Desta forma, no poema Vila Rica, de Olavo Bilac (1996)², na frase “o último ouro do sol morre na cerração”, o processo se dá conforme a figura abaixo:

Figura 1: O processo metafórico da linguagem



Fonte: Linguagem e Persuasão, 2002.

² BILAC, Olavo. **Obra Reunida**. Org. e introd. Alexei Bueno. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996. p. 269.

Assim, usando desse recurso linguístico, foi que o Salmista, na Bíblia, afirmou: “*Lâmpada* [sem grifo no original] para os meus pés é tua palavra, e *luz* [sem grifo no original] para o meu caminho” (Sl 119,105)³.

A outra figura de linguagem já mencionada, a metonímia:

Indica a utilização de um termo em lugar de outro, desde que entre eles haja uma relação de contiguidade. A metonímia nasce, ao contrário da metáfora, de uma relação objetiva entre o plano de base e o plano simbólico do termo. (CITELLI, 2002, p. 21).

Referenciando-se à Bíblia, pode-se encontrar nela um exemplo de metonímia, onde o todo é trocado por uma parte, onde lemos “Guarda o teu *pé* [sem grifo no original] quando entrares na casa de Deus...” (Ec 5:1)⁴.

Pelas características acima expostas, o discurso lúdico seria aquele que teria pouco efeito se fosse utilizado com o propósito de manipular o enunciatário.

O discurso polêmico

Enquanto o discurso lúdico procura mais o jogo com as palavras, com o objetivo de entreter o leitor e tornar a leitura mais agradável, atraente e persuasiva, no discurso polêmico há um novo centramento na relação dos locutores, onde se faz presente a tensão entre a polissemia e paráfrase, conforme afirma Orlandi, ao dizer que

O discurso polêmico é o que apresenta um equilíbrio tenso entre polissemia e paráfrase [...], em que o objeto do discurso não está obscurecido pelo dizer, mas é direcionado pela disputa [...] entre os interlocutores, havendo assim a possibilidade de mais de um sentido: a polissemia é controlada. (ORLANDI, 1996, p. 24).

³ *BIBLIA, Velho Testamento e Novo Testamento*. Versão revisada da tradução de João Ferreira de Almeida. 4ª impressão. Brasil. Rio de Janeiro:Imprensa Bíblica Brasileira, 1988.

⁴ *BIBLIA, Velho Testamento e Novo Testamento*. Versão revisada da tradução de João Ferreira de Almeida. 4ª impressão. Brasil. Rio de Janeiro:Imprensa Bíblica Brasileira, 1988.

O que caracteriza esse tipo de discurso é o seu convencimento pela argumentação, competência, eficácia e conhecimento. Esse discurso não se trata única e exclusivamente de um bate-boca, embora haja o envolvimento de partes antagônicas. Nele a relação dialógica entre os interlocutores é reduzida e a polissemia é limitada pela sua condição de produção. De acordo com Adilson Citelli:

O discurso polêmico possui um certo grau de instigação, visto apresentar argumentos que podem ser contestados. Digamos que o enunciador opera a uma abertura sob controle. Um traço importante que se pode observar é que os participantes não se expõem, mas ao contrário procuram dominar o seu referente, dando-lhe uma direção, indicando perspectivas particularizantes. (CITELLI, 2002,p. 38).

A argumentação apresentada em um discurso polêmico não pode ser embasada somente em pressuposições, sem embasamentos teóricos e materialidades que comprovem o argumento do enunciador e, em adição, ela deve apelar para o racional daqueles a quem a mensagem é dirigida, pois argumentar, nas palavras de Garcia, é “convencer ou tentar convencer mediante a apresentação de razões em face da evidência das provas e à luz de um raciocínio coerente e consistente” (GARCIA, 2000, p. 380).

O objetivo de quem se utiliza do discurso polêmico não é outro senão o de convencer de que seu argumento é verdadeiro para, assim, obter adesão de seu locutário, conforme afirmam Perelman & Olbrechts-Tyteca ao dizer que “toda argumentação visa à adesão dos espíritos e, por isso mesmo, pressupõe a existência de um contato intelectual”. Para isto, é necessário que o orador tenha em mente que em sua argumentação ele deve conhecer e adequar-se ao seu receptor a quem se dirige, pois, segundo Perelman, “um erro sobre esse ponto pode ser fatal para o efeito que ele quer produzir.” (PERELMAN, 1987, p. 237).

Esta questão da adaptação ao nível dos destinatários não é uma tarefa fácil, pois quando se trata de um discurso escrito, segundo Perelman & Olbrechts-Tyteca “na maioria dos casos, os leitores não podem ser determinados com exatidão.” (PERELMAN, 1987, p. 22).

Como exemplificação de um discurso polêmico, pode-se citar aqueles que envolvem uma questão nacional como a redução da maioria penal, tema que tem sido razões de embates no Congresso Nacional, impulsionado por projetos de lei que preveem maior rigor na punição de jovens infratores.

Outro exemplo de discurso polêmico é o que pertence ao gênero textual opinião, uma vez que ele se vale da argumentação para analisar, avaliar e responder uma questão controversa por meio da opinião de seu autor, o qual não precisa ser necessariamente uma autoridade no assunto abordado. Segundo Bräckling (2000), no artigo de opinião, o locutor busca convencer o destinatário a fim de transformar seus valores sobre uma determinada ideia e refutando ideias que se opõem à sua tese, através do uso da argumentação, apresentando dados consistentes em uma operação de constante sustentação de afirmações, se valendo das evidências dos fatos que corroboram com a validade do que diz (BRÄKLING, 2000, p. 226-227).

Por ser um discurso polêmico, no artigo de opinião é necessário que haja um problema a ser discutido que leve ao debate na busca por uma solução ou um julgamento, através de uma reflexão sobre o tema. Para tal, esse tipo de artigo deve ser estruturado da seguinte forma (Hoey, 1991):

- a) *Situação-problema*: o autor, através de contextualização, apresenta o problema a ser resolvido sobre o qual o leitor se baseará como guia durante todo o percurso do texto. É nesta fase que se evidencia a importância e o objetivo da argumentação.
- b) *Discussão*: é o espaço em que o enunciador constrói por meio de argumentações sua opinião a respeito da questão levantada, apresentando evidências que corroboram com o seu posicionamento e refutam as opiniões adversas.
- c) *Solução-avaliação*: é onde o autor conclui sua opinião, evidenciando a resposta ao problema levantado, ratificando sua posição assumida em relação à problemática apresentada.

É importante reiterar que no discurso polêmico o enunciador deve buscar o convencimento de seus locutários através de argumentos lógicos sem a utilização de qualquer ameaça, pois a intimidação é um dos traços que caracterizam outra modalidade discursiva, o discurso autoritário (GREIMAS e COURTÉS, 1989), tema da próxima seção.

Em resumo, o discurso polêmico, se bem articulado, é um potente instrumento em poder de quem o utiliza, uma vez que essa modalidade discursiva, ao atuar no cognitivo de seu destinatário, pode levá-lo a aceitar a argumentação apresentada e agir em conformidade com as intenções de quem o enuncia.

O discurso autoritário

Até este momento, foi visto que o discurso pode mudar a sua textura conforme a intenção de quem o profere e que se pode usá-lo como um instrumento lúdico, quando se tem a liberdade de se expressar com o objetivo simples de se entreter, ou quando esta liberdade é mais contida, controlada, no caso do discurso polêmico, quando uma pessoa tenta convencer alguém de suas posições, através de elementos persuasivos, mas, por outro lado, dando àqueles que os ouvem a oportunidade de refutar ou aceitar um enunciado proposto.

Reiterando, em nenhum dos dois discursos apresentados o enunciatário se vê obrigado a aceitar a mensagem a ele direcionada. Existindo a obrigação de aceitação do enunciado, o emissor estará fazendo uso de um discurso muito poderoso e até, se mal intencionado, pernicioso: o discurso autoritário. Esse é o discurso onde o “tu” é um mero receptor, sendo vedada ao mesmo qualquer interferência na fala do emissor com a intenção de ponderar ou mediar. É o discurso dominado pela paráfrase, uma vez que o signo perde o seu poder conotativo, polissêmico. O dito não pode ser interpretado de outras formas. É o discurso do monólogo. É o discurso persuasivo por excelência (CITELLI, 2002, p. 38).

Além disto, outros aspectos que devemos considerar são os quatro elementos presentes em sua textura: a distância, a modalização, a tensão e a transparência.

Traçando um esquema a partir desses elementos, abaixo é apresentado como eles ocorrem no discurso autoritário (CITELLI, 2002, p. 40):

1. *Distância: é o afastamento do enunciatário de seu enunciado, onde quem fala, por ser mostrar mais importante e exclusivo, se sobrepõe ao referente.*

2. *Modalização*: é a forma como o enunciador imprime no enunciado uma característica autoritária e persuasiva através de imperativos verbais, paráfrases, dentre outros.
3. *Tensão*: este elemento tem a ver com a relação entre o emissor e o receptor em um discurso. Muito comum nos discursos autoritários, o emissor possui o domínio da fala, é impositivo, não dando oportunidades ao receptor de questionar ou contrariar suas ordens.
4. *Transparência*: é a clareza e a transparência da mensagem, na qual a polissemia é extremamente reduzida. Não há margens para que o receptor dê outro significado aos signos emitidos.

Eni Orlandi, ao tratar do discurso autoritário, afirma que o referente, ou seja, o objeto do discurso está “ausente”, oculto pelo dizer, uma vez que é o desejo do “eu” dominá-lo; não há realmente interlocutores, mas um agente exclusivo, o que resulta na polissemia contida.” (ORLANDI, 2011, p. 15).

De acordo com autora acima referenciada, são vários os casos onde o discurso autoritário pode ser encontrado, como, por exemplo, o discurso pedagógico (DP), aquele no qual o seu locutor atua com um alto grau de autoritarismo, sendo, por isto, importante a sua abordagem para que possamos compreender como se dá a persuasão em determinados contextos (ORLANDI, 2011, p. 16).

Para tal, iniciaremos a abordagem da DP, traçando um esquema apresentado pela autora que constitui o percurso estrito da comunicação pedagógica, conforme apresentado na figura 2.

O esquema ainda ser entendido por extenso como:

A ensina R a B em X

Tendo as variáveis A, R, B e X como elementos constantes no processo de ensino, fazemos uma análise da situação.

Conforme já exposto, a imagem que o aluno faz do objeto sem a interferência do professor seria a imagem ideal, entretanto, ocorre que a imagem que o aluno faz do objeto é aquela que o professor constrói e transmite. Desse ponto, pode-se partir para um grau máximo de autoritarismo, onde há a hipertrofia da autoridade, em que o referente se perde e, segundo Orlandi, “há a ocorrência de um discurso individualizado em seu aspecto estilístico e de perguntas diretas e sócio-cêntricas, tais como, ‘não é verdade?’, ‘percebem?’, ‘certo?, etc.”

Através da análise acima, percebe-se que nesse processo de construção de imagens, o ensino tem um papel central, pois é através dele que tudo se dá. Todavia, há de se ressaltar que esse é um conceito cuja definição vai além do simples ato de transmitir conhecimentos, uma vez que, segundo Eni Orlandi, “Mais do que informar, explicar, influenciar ou mesmo persuadir, ensinar aparece como inculcar.”

Existem fatores próprios do discurso que fazem parte da ordem social que podem caracterizar a inculcação, conforme abaixo enumerados e explicados:

1- A quebra das leis do discurso enunciadas por Oswald Ducrot, mais especificamente falando, a lei da informatividade, o interesse, e a utilidade (ORLANDI, 2011, p. 17).

Pela lei da informatividade, se se quer informar é preciso que o ouvinte desconheça o fato que é apresentado a ele. Veremos mais adiante, quando tratarmos da cientificidade, como o DP aborda com essa lei (ORLANDI, 2011, p. 21).

A lei do interesse estabelece que ninguém pode falar legitimamente algo a alguém se esse algo não interessa ao ouvinte.

Conforme a lei da utilidade, ninguém fala por falar, mas porque existe uma utilidade em sua fala. Assim, faz sentido indagar os motivos que levaram ao ato da fala.

Em adição, existe uma regulamentação categórica para os atos da fala, a qual estabelece que, para ordenar, é necessário que quem ordena esteja em uma posição hierárquica que lhe outorga esse direito, assim como para que alguém tenha o direito de interrogar, são exigidas certas condições e, esse direito de interrogar por parte de uma autoridade outorga a ela o poder de ordenar (ORLANDI, 2011, p. 18).

Em uma sala de aula, pode ocorrer o desinteresse e a não percepção de utilidade por parte do aluno em relação a determinados discursos pedagógicos e, nesse caso, é necessário que o professor lance mão de recursos que despertem no discente o interesse e a visão de utilidade de determinadas falas. Para isto, deve haver uma quebra das leis do discurso através de um mascaramento, conhecido no meio pedagógico como motivação, o que é feito com o uso de léxicos apropriados, tais como, “dever”, “ser preciso”, etc., no discurso pedagógico (ORLANDI, 2011, p. 18).

De acordo com Orlandi, devido ao caráter obrigatório e institucionalizado do aprendizado, a formação imaginária IB (IA (R)) deve ser lida da seguinte forma: a imagem que o aluno (B) deve ter da imagem que o professor (A) deve ter do referente (R). Desta forma, a desrazão dá lugar à mediação da motivação, a qual atrai o interesse e muda a visão utilitária do aluno em relação ao discurso (ORLANDI, 2011, p. 18).

A linguista acrescenta que, em alguns casos, o conteúdo referencial, aquele legítimo e que deveria ser passado para o aluno, é viciado por conteúdos ideológicos, deturpando o DP. Isto não é uma característica exclusiva do discurso pedagógico, podendo ocorrer em outros tipos de discursos autoritários.

2- O “é porque é”: Orlandi (2011) afirma que, por ser um discurso autoritário, ao se indagar as razões em torno do referente no DP, a resposta se resume ao “é porque é”, ou seja, não se questiona o que já está institucionalizado, uma vez que não é importante, nesse caso, a razão do objeto de estudo. Em outras palavras, a razão do objeto de estudo é ignorada, ou seja, ao se questionar a sua razão, a resposta é um simples “é porque é”, uma vez que se trata de um discurso perifrásico, ideológico e procura levar o ouvinte a conclusões exclusivas e dirigidas.

3- A cientificidade: em continuação à abordagem dos fatores que envolvem a inculcação, Orlandi (2011) trata a forma como o DP lida com a lei da informatividade, dentro da cientificidade. O objetivo do DP é a transmissão de informação, ou seja, a transmissão de um comportamento que deve ser ensinado (inculcado, doutrinado) na mente dos alunos e sua posterior fixação. Devido à sua pretensiosa natureza científica, é necessário que aquele que enuncia o DP, o professor, se aposses do cientista que deu origem à informação enunciada. Desta forma, a figura do professor

se confunde com a figura do cientista, apagando a imagem do enunciador como mediador do discurso, sendo ele visto como o próprio detentor do conhecimento. Sua opinião, por sua autoridade professoral, torna-se definitiva e inquestionável (ORLANDI, 2011, p. 21).

É com base nesse aspecto que Eni Orlandi afirma que “Pela posição do professor na instituição (como autoridade convenientemente titulada) e pela apropriação do cientista feita por ele, dizer e saber se equivalem, isto é, diz que $z = \text{sabe } z$, e a voz do saber fala no professor” (ORLANDI, 2011, p. 21).

Nesse contexto, a imagem social ideal de B é aquela que apresenta o aluno como aquele que não sabe nada e a de A, aquela que apresenta o professor como aquele que possui o saber, que é supostamente interessante e útil, e está em X para ensinar, conforme a ordem social estabelecida, o que resolve, assim, a lei da informatividade.

Uma vez que a voz do orador que “diz que” remete-nos a ideia de que ele “sabe que”, o ouvinte, com base em seu contato com o professor, sente-se autorizado a dizer que sabe, que aprendeu.

Acontece, entretanto, que entre a imagem ideal e o real, estão as mediações, com seus valores ideológicos e em conformidade com a ordem social, as quais provocam deslocamentos, que causam a perda dos elementos reais do processo de ensino e aprendizagem.

Como exemplo, podemos citar o que acontece nas escolas, onde o ensino é mediado pelo material didático, que passa de instrumento a objeto. Ao se deslocar a função do material didático de meio para objeto, ele perde a sua condição de mediador, ou seja, ele se dá em si mesmo, pois deixa de ser um instrumento que instrui alguém a fazer algo e passa a ser o foco do processo de ensino e aprendizagem, pois o que se busca, nesse caso, é o conhecimento de como manuseá-lo, ou seja, como preencher espaços, fazer cruzadinhas, ordenar sequências, etc., trazendo, assim, um prejuízo à realização da imagem pedagógica ideal.

Sob o ponto de vista de Adilson Citelli (2002), pode-se afirmar que o livro didático, onde os comportamentos e valores sociais são padronizados, é marcado por duas variáveis fundamentais: a estereotipia e a idealização (2002).

Com base nesta afirmação, ao analisarmos um livro didático destinado ao ensino fundamental, percebe-se que o seu conteúdo é voltado para a alfabetização e leitura, com a pretensão de formar os “bons hábitos”, despertando na criança os valores sociais a serem cultivados, tais como o respeito às leis e às tradições que serão fundamentais na sua formação cidadã.

Assim, conforme Citelli (2002), o DP funciona como um artefato usado para forjar a alma do aluno, através de inculcações de modelos que as classes dominantes determinaram como padrão de conduta social (2002).

Em acréscimo, confirmando o fator “é porque é”, próprio do discurso pedagógico citado por Eni Orlandi, o qual caracteriza a inculcação, Citelli escreve que os livros didáticos, “Sendo livros idealizados, costumam esvaziar dos conceitos ensinados os traços da História, deixando-nos uma fórmula que parece ter vindo de nenhum lugar e se dirige para lugar algum.” (CITELLI, 2002, p. 51).

No que concerne ao ambiente em que ocorre o DP, Bourdieu escreve que:

a escola é a sede da reprodução cultural e o sistema de ensino é a solução mais dissimulada para o problema da transmissão de poder, pois contribui para a reprodução da estrutura das relações de classe, dissimulando, sob a aparência de neutralidade, o cumprimento dessa função. (BOURDIEU apud ORLANDI, 2011, p. 22).

Entretanto, apesar desta afirmação, não se pode limitar a ocorrência de traços de autoritarismo encontrados no DP somente ao ambiente escolar, uma vez que o mesmo pode estar presente em outros lugares, tais como, nos quartéis e nos ambientes religiosos, inclusive naqueles que têm a Bíblia como o seu guia de conduta e fé, tendo em vista que, naquele livro sagrado, podem ser encontrados vários discursos autoritários, como o que se encontra em Números 20:2-12, quando o povo de Israel, sendo guiado por Moisés, se encontrava no deserto de Zim, pediu a Moisés que providenciasse água para saciar a sua sede. Moisés, então, se dirige a Deus de forma submissa, prostando-se com o rosto em terra, ouve Sua voz, que o ordena a falar [sem grifo no original] com uma rocha para que dela possa fluir água. Contrariando a ordem divina, Moisés toca [sem grifo no original] na rocha, atitude que

lhe trouxe como punição o impedimento de entrar na terra prometida juntamente com o povo de Israel ⁵.

Com base na passagem citada, pode-se observar algumas características peculiares do discurso autoritário, a saber:

- a) O uso de imperativos verbais;
- b) A dominação se expressa pelo uso da palavra;
- c) A submissão do destinatário;
- e) A não aceitação de ponderações;
- f) A tendência à monossemia, uma vez que a polissemia é anulada, não podendo o receptor intervir no discurso a fim de modificá-lo;
- g) Sanções punitivas em caso de desobediência às prescrições determinadas pelo enunciador.

Diante das exposições acima, espera-se que os conceitos e teorias apresentados até o momento sobre as três modalidades discursivas abram perspectivas que venham contribuir para a análise do poder lúdico e argumentativo que um discurso possui.

Conclusão

Com base nos conhecimentos teóricos aqui apresentados, pôde-se perceber o papel que os diferentes tipos de discursos têm nas relações humanas, uma vez que eles são uma das ferramentas mais importantes que os indivíduos se utilizam para atingirem seus objetivos.

⁵ *BIBLIA, Velho Testamento e Novo Testamento*. Versão revisada da tradução de João Ferreira de Almeida. 4ª impressão. Brasil. Rio de Janeiro:Imprensa Bíblica Brasileira, 1988

Conforme abordado, o sucesso da comunicação depende dos conhecimentos técnico-teóricos de cada formação discursiva e de suas condições de produção, pois, se não articulados adequadamente, os discursos perdem o seu efeito.

Isso pode explicar porque muitos oradores conseguem ater a atenção de seus ouvintes e levá-los na direção pretendida por eles. Se a intenção de quem fala é brincar com as palavras, sem dúvida, o uso de metáforas pode dar ao discurso um tom lúdico, tornando-o mais prazeroso e agradável de ser lido ou ouvido. Se a intenção do locutor é argumentar para convencer, nada melhor do que a apresentação de razões que evidenciem as provas que possam levar a um raciocínio coerente e consistente. Entretanto, deve-se salientar que nesse tipo de discurso é necessário haver uma abertura para o debate, pois, caso contrário, ele pode se tornar autoritário, o que, dependendo das condições de produção, coloca em risco a existência de um grupo social, conforme a história já provou, quando líderes políticos ou religiosos, usando de argumentações falaciosas, levaram muitos a cometerem atos nocivos contra suas próprias vidas.

Assim, conclui-se que o discurso, como prática social, é uma importante ferramenta que possibilita as relações humanas e, conforme as intenções do locutor, tem o poder de consolidar ou desfazer os laços existentes entre os indivíduos dos grupos sociais.

Dados do autor: Álvaro José Maria Filho é Mestrando em Teologia e Professor do IFES – Campus Nova Venécia. E-mail para correspondência: lecoprof@hotmail.com e/ou alvaroprof@ifes.edu.br

Referências bibliográficas

BÍBLIA, Velho Testamento e Novo Testamento. Versão revisada da tradução de João Ferreira de Almeida. 4ª impressão. Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Bíblica Brasileira, 1988.

BILAC, Olavo. **Obra Reunida.** Org. e introd. Alexei Bueno. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996.

BOURDIEU, Pierre, apud ORLANDI, Eni Puccinelli. **A Linguagem e seu Funcionamento**. 6. ed. São Paulo: Pontes, 2011.

BRÄKLING, Kátia Lomba. Trabalhando com artigo de opinião: re-visitando o eu no exercício da (re) significação da palavra do outro. In: ROJO, Roxane (Org.). **A prática da linguagem em sala de aula: praticando os PCN**. São Paulo: EDUC; Campinas, SP: Mercado de Letras, 2000.

DUCROT, Oswald apud ORLANDI, Eni Puccinelli. **A Linguagem e seu Funcionamento**. 6. ed. São Paulo: Pontes, 2011.

FIORIN, José Luiz. **Em busca do sentido: estudos discursivos**. São Paulo: Contexto, 2008.

GARCIA, Othon M. “Argumentação”. In **Comunicação em prosa moderna**. 18ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 2000.

GREIMAS, A.J.; COURTÉS, J. **Dicionário de Semiótica**. 9 ed. Tradução de diversos autores. São Paulo: Cultrix, 1989.

HOEY, Michael. **Patterns of lexis in text**. Oxford: Oxford University Press, 1991.

INDURSKY, Freda. “A prática discursiva da leitura” in ORLANDI, Eni O. Puccinelli (org). **A leitura e os leitores**. Campinas/SP: Pontes, 1998.

MARCHIORI, Marlene et al. **Comunicação e Discurso: Construtos que se relacionam e se distinguem**. 2010. Disponível em: <http://www.abrapcorp.org.br/anais2010/GT2/GT2_Marchiori_etal.pdf>. Acesso em: 20/09/2014.

MUSSALIM, Fernanda & BENTES, Anna Christina (org.). **Introdução à Linguística: domínios e fronteiras**. Vol. II, 3.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e Leitura**. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **A Linguagem e seu Funcionamento: As formas do discurso**. 6. ed. Campinas: Pontes, 2011.

____. apud CITELLI, Adilson. **Linguagem e Persuasão**. 15. ed. São Paulo: Editora Ática, 2002.

____. **Discurso e leitura**. 3.ed., Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

PEUCHEUX, Michel apud ORLANDI, Eni Puccinelli. **A Linguagem e seu Funcionamento**. 15. ed. São Paulo: Pontes, 2011.

PERELMAN, Chaïm. Argumentação. In: **Enciclopédia Einaudi**. v. 11, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1987.